

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Filosofia e Ciências.
Campus de Marília.
Curso de Relações Internacionais.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

1. PREÂMBULO

A presente proposta emergiu da necessidade da atual gestão do Conselho de Curso de Relações Internacionais (CCRI) apresentar à comunidade acadêmica da FFC um documento síntese do Fórum de Reestruturação do Curso de Relações Internacionais – RI -, instalado em dezembro de 2007 para tratar de implantar a reforma do projeto político-pedagógico do curso de RI. Sua elaboração tem como ponto de partida as reflexões acumuladas no âmbito dos Departamentos de Ciências Políticas e Econômicas e de Sociologia e Antropologia e das contribuições individuais de docentes e discentes. Merece destaque o estudo do GEPRI – Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Cursos de Relações Internacionais – que produziu o documento “*Proposta de Reforma da Grade Curricular do Curso de RI*”, coordenado pelo Dr. Luis Antônio Francisco de Souza.

A proposta que se segue está calcada na trajetória da Faculdade de Filosofia e Ciências, nas condições concretas de sua localização, na infra-estrutura previsível e na grade curricular original. Está ainda fundada no perfil do corpo docente e nas linhas de pesquisa do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas (1- Estado, desenvolvimento e relações internacionais; 2- Agricultura, ambiente e questão agrária; 3- Mundos do trabalho: organizações, movimentos sociais e ideologias), enquanto departamento acadêmico que deu origem ao curso de Relações Internacionais, e também amparado nas linhas de pesquisa afins do Departamento de Sociologia e Antropologia (1- Formação Social Brasileira; 2- Realidade Sócio Cultural Contemporânea; 3- Questões Teórico Metodológicas das Ciências Sociais), assim como no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FFC, particularmente na linha de pesquisa *Relações Internacionais e Desenvolvimento*. O curso de RI deve ser marcado por uma ação de caráter crítico voltada para o progresso científico, cultural e intelectual.

2. BREVE HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Relações Internacionais da UNESP de Marília teve sua aprovação no Conselho Universitário em 17/07/2002, sendo criado através da Resolução UNESP de 23/07/2002, publicada no Diário Oficial do Estado de 24 de julho de 2002. A Proposta Curricular do Curso de RI aprovada e em vigência possui uma carga horária de 172 créditos, incluindo a Monografia, com quatro créditos, duas disciplinas optativas com oito créditos. Não há a indicação de “estágios”.

O Curso de Relações Internacionais de Marília realizou seu primeiro vestibular no período de 06 a 08 de julho de 2003, oferecendo 40 vagas no período noturno e obtendo a inscrição de 2.164 candidatos (relação candidato vagas 54:1). O resultado do Vestibular 2003 evidenciou a presença de 55% mulheres e 45% homens, com a faixa etária de menores de 25 anos. O início das aulas ocorreu em 11 de agosto de 2003¹.

A trajetória do projeto de criação do Curso de RI da Unidade de Marília em 2003, bem como a aprovação do Projeto Pedagógico resultando no reconhecimento do Curso pelo Conselho Estadual de Educação em dezembro de 2006 foi complexa e permeada de grande debate, tangenciados pelo processo de expansão de vagas das universidades públicas incentivada pelo governo do Estado de São Paulo, a partir de 2002, principalmente quanto a sua interiorização que gerou posições polarizadas na comunidade acadêmica frente a necessidade de manter-se a “qualidade e gratuidade” da oferta do Ensino Superior, a partir de condições mínimas para o funcionamento dos cursos, como: a presença de um corpo docente com titulação e garantido pelo concurso público com jornada de trabalho compatível com as atividades de Ensino, de Pesquisa e da Extensão para atender as especificidades das distintas propostas curriculares; a oferta de servidores públicos na condição de funcionários visando as diversas atividades meio dos cursos e uma infra-

¹ O segundo vestibular para o Curso de RI deu-se em dezembro de 2004¹, com 391 inscritos (sendo 233 mulheres e 158 homens) e apresentando a relação de 9,78% candidatos por vaga. E o terceiro vestibular ocorreu em 2005 confirmando uma procura significativa por essa área de conhecimento: 1059 candidatos, sendo 637 mulheres e 422 homens e com a relação candidato/vaga de 26,5, o segundo curso mais procurado da Unidade de Marília, sendo o primeiro de Fisioterapia com o índice de 28,3%; o quarto vestibular em 2007 apresentou a relação de 15,3% candidatos por vaga. No ano de 2008, o acesso de uma 5ª turma teve a relação de 19,2 15,3% candidatos por vaga.

estrutura básica compreendendo salas de aula, laboratórios, material permanente compatíveis com os Projetos Pedagógicos propostos.

A posse do Conselho de Curso de RI efetivou-se em 04/05/2004² com objetivo de dar início a discussão sobre uma “nova” Proposta Pedagógica do Curso de Relações Internacionais, reiterando necessidade de contratação de docentes e ao mesmo tempo enfrentando o polêmico debate sobre a concepção da área de relações internacionais diante das conjunturas de mudanças observadas no cenário mundial do século XX, as possibilidades e interfaces enriquecedoras que vislumbram novas perspectivas diante do diálogo com as demais áreas do conhecimento, seja a Economia, a História, a Geografia, a Sociologia e a Antropologia.

Para tanto enfatizou-se a criação de um Grupo de Trabalho - GT em 2004 para dar início ao estudo sobre o perfil do Curso de Relações Internacionais e do aluno que a FFC da UNESP/ Marília desejaria formar³. O GEPRI - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Cursos de Relações Internacionais - após minuciosa pesquisa⁴ elaborou o documento “*Proposta de Reforma da Grade Curricular do Curso de RI*”, coordenado pelo Dr. Luiz Antônio Francisco de Souza, e apresentado numa primeira síntese e avaliação de proposta em 2005 para os docentes de ambos os departamentos.

Após debates, o encaminhamento apontado foi a composição de uma comissão em cada um dos Departamentos para ampliar a discussão sobre o perfil do Curso. O Departamento de Ciências Políticas e Econômicas – DCPE - encaminhou as sugestões que foram aprovadas na Reunião do Conselho Departamental assim como o fez também o Departamento de Sociologia e Antropologia – DSA – durante o primeiro semestre de 2007.

² O Conselho de Curso de RI era composto: Coordenadora Prof^{ma} Lúcia M. V. Possas, Vice-Coordenadora: Prof^a Célia Aparecida Ferreira Tolentino; Docentes: Professor José Marangoni Camargo e Professor Luis Antonio Francisco de Souza e dos representantes discentes: Sarah de Freitas Reis e Vitor Tadeu Pólvore.

³ Após consulta aos departamentos houve a indicação de nomes para a coordenação e a composição do GEPRI – Grupo de Estudo e Pesquisa sobre os cursos de Relações Internacionais. Pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, houve a indicação dos docentes Daniel Freire de Almeida (Professor substituto contratado); Francisco Luiz Corsi; e Marcos Tadeu Del Roio; e pelo Departamento de Sociologia e Antropologia houve a indicação do Professor Sérgio Augusto Domingues e Professor Luís Antonio Francisco de Souza que assumiu a coordenação dos trabalhos. Participaram ainda os alunos do curso de RI: Eduardo M. B. M. Padilha, Guilherme Barana, Caio M. Bugiato, Marcos A. Alves Filho, Sarah F. Reis e Matheus Hernandez.

⁴ Para fundamentar a proposta levou-se em consideração as Ementas/Planos de Ensino de vários cursos de RI existentes e em funcionamento para um estudo comparativo; a legislação pertinente ao Curso – MEC e Resolução UNESP; a identificação dos eixos temáticos do Curso de RI no país e equivalentes no exterior, conforme Texto Síntese apresentado na reunião dos docentes no 2º semestre de 2005 .

Esse documento, produto de ampla discussão e aprovação em ambos os colegiados departamentais foi recebido pelo Conselho de Curso de Relações Internacionais para que desse prosseguimento a “reforma” do projeto político-pedagógico do curso de Relações Internacionais, que diante da premência do processo de Autorização e Reconhecimento do Curso, tendo em vista a formatura da primeira turma de alunos de RI, em julho de 2007, o inseriu nas prioridades da nova gestão em 2008⁵.

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

No atual estágio de desenvolvimento da sociedade contemporânea, a internacionalização é uma característica fundamental. Isso se deve a uma série de interesses e fatores, como a mundialização do capitalismo, a ocidentalização dos padrões mundiais de política, cultura e consumo, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a institucionalização de um sistema mundial de organizações, cujo centro é a ONU, entre outros.

A internacionalização não vem acompanhada somente por oportunidades, mas também por desafios que superam os limites do Estado Nacional, como a fome, o capital especulativo, o abastecimento de água potável, a explosão demográfica, os tráficos de entorpecentes, de pessoas e de armas, catástrofes ambientais geradas pelo padrão capitalista de produção e consumo, as epidemias e pandemias, os conflitos militares (declarados ou não), os direitos humanos, o desequilíbrio no comércio internacional etc. Diante de tal situação, o Estado Nacional (ainda que permaneça como o *locus* primordial para a ação política) e as instituições multilaterais do Sistema ONU não são suficientes para lidar com um mundo tão complexo. Multiplicam-se os atores globais, como ONGs, sejam elas ambientalistas ou classistas, fóruns, universidades, empresas e consultorias.

É neste cenário novo e complexo, da primeira década do novo milênio que o estudo das Relações Internacionais ganha relevo e importância e alcança o *status* de uma disciplina específica no grande campo das Ciências Humanas. Seu objeto de estudo não é somente a

⁵ É relevante ressaltar que o Conselho de Curso de Relações internacionais, em nova composição: Coordenadora Professora Lídia M. V. Possas, Vice-Coordenador: Prof Luis Antonio Francisco de Souza; Docentes: Professor José Marangoni Camargo e Professor. Jose Blanes e os representantes discentes. Também é relevante ressaltar a elaboração do Relatório de Reconhecimento do Curso de RI a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação que após análises de dois avaliadores exararam Parecer conclusivo de aprovação em dezembro de 2006.

conjuntura, mas procura se aprofundar na análise de estruturas, processos, instituições, atores e normas que caracterizam e identificam o sistema internacional.

Esta área específica do saber se debruça sobre temas como o desenvolvimento de teorias e modelos de análise sobre as relações entre estados, a forma como se organiza o poder mundial, a interação econômica entre países e blocos de países, a atuação política de organizações não governamentais, os novos atores e suas demandas, enfim, a dinâmica dos conflitos e desafios a que estão sujeitos a Humanidade.

Isso significa que: o curso de Relações Internacionais da Faculdade de Filosofia e Ciências é concebido como um espaço em que estas problemáticas deverão ser analisadas em profundidade, a partir de uma perspectiva de Brasil e de sua inserção na América latina, sem que isso represente uma visão provinciana ou mesmo xenófoba acerca das relações internacionais. Nesse sentido, o Projeto Político-pedagógico do Curso de RI tem por base a construção de uma sólida formação acadêmica, em que as áreas alicerces de Política, História, Economia e Direito interajam com as disciplinas sociológicas, geográficas e metodológicas, visando garantir objetivos de erudição e de capacitação para a vida acadêmica e profissional.

4. OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos gerais e específicos do curso visam garantir uma formação adequada e em consonância com os princípios de excelência e de mérito acadêmico, associado a procedimentos de natureza didático-pedagógica, múltiplos que valorizem o papel da produção do conhecimento através do incentivo de habilidades, de práticas intelectuais tendo em vista o profissional que se almeja formar.

Os objetivos devem atender aos seguintes critérios: clareza, abrangência, possibilidade de geração de metas e compatibilidade com a concepção filosófica do curso, conforme se pode verificar a seguir.

4.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo do curso de Graduação em Relações Internacionais é habilitar o estudante para o desempenho profissional adequado, com competência e domínio técnico

associado ao compromisso social, mediante a aquisição de conhecimentos teóricos específicos da área e domínio das competências e habilidades requeridas pela profissão, tendo em vista a auto-realização pessoal e profissional e o desenvolvimento político, econômico, social e cultural do país.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Garantir ao aluno:

a) uma formação e desenvolvimento de habilidades tais como: dominar os conceitos teóricos das diversas disciplinas que compõem o curso, de maneira que possam ser utilizados na análise e interação com processos inseridos nas relações internacionais; compreender e inserir os eventos e as transformações da ordem mundial num contexto sócio-histórico-cultural abrangente; compreender a estrutura das relações políticas em nível nacional e internacional bem como as bases do funcionamento da estrutura econômica mundial; analisar as normas de Direito Internacional e as organizações internacionais sejam elas públicas ou da sociedade civil; ler, interpretar e produzir trabalhos acadêmicos e/ou técnicos consistentes nos diversos campos de atuação profissional; utilizar o raciocínio lógico e crítico; proporcionar condições de análise de relações formais e causais entre fenômenos; identificar os fatores que sinalizam mudanças estruturais e conjunturais da sociedade global.

b) a aquisição e o domínio de competências específicas para: empreender ações, analisando criticamente os sistemas e as organizações internacionais e propondo soluções pertinentes aos vários problemas; tomar decisões e resolver problemas numa realidade dinâmica, com senso ético-profissional, capacidade de tomada de posição e responsabilidade sócio-ambiental; atuar em equipes multidisciplinares; elaborar estudos e projetos nos âmbitos acadêmicos, do poder público e da esfera privada; utilizar as tecnologias de informação e comunicação no âmbito de sua formação.

5. PERFIL DO EGRESSO

O perfil desejado do egresso reflete os objetivos do curso e visa garantir a coerência em relação às necessidades profissionais e sociais. Nesse sentido, a estrutura curricular do curso foi pensada e constituída de maneira a atender às necessidades e características

exigidas para a atuação profissional do Bacharel em Relações Internacionais na docência e pesquisa acadêmica, em instituições públicas, empresas privadas ou organizações não governamentais, sem esquecer outras perspectivas de atuação social e do mercado de trabalho. Desse modo, o curso de graduação em Relações Internacionais aguarda que o aluno egresso deva:

a) formação humanística e visão global que o habilite a compreender o ambiente social, político, econômico e cultural onde está inserido e a tomar decisões em um mundo diversificado e interdependente;

b) sólida formação teórica e técnica para atuar na pesquisa acadêmica, em instituições públicas, empresas privadas e organizações não-governamentais, desenvolvendo atividades específicas da prática profissional;

c) visão crítica e empenho na contínua busca de aperfeiçoamento e atualização profissional;

d) capacitar os egressos para atuarem na formulação, no gerenciamento, na captação de recursos, na análise/avaliação e na execução de programas e políticas domésticas com interface externa;

e) contar com a visão crítica da vida social e capacidade de organização do conhecimento, compreensão do próprio valor e papel social e histórico;

f) capacitado para atuar em diversos níveis da administração pública e em instituições da sociedade civil, sempre de forma criativa, crítica e ética.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

O curso de Relações Internacionais, ministrado no período noturno, tem sua integralização prevista para o prazo mínimo de quatro anos e máximo de sete anos, numa estrutura seriada semestral. Cada disciplina de 60 horas-aula semestrais contará quatro créditos. A monografia obrigatória representará 8 créditos. A carga horária completa mínima prevista é de 2.520 horas/aula.

6.1 DISCIPLINAS OPTATIVAS

A especificidade de cada aluno deverá ser obtida através das disciplinas optativas, em qualquer curso da área de Humanidades da Faculdade de Filosofia e Ciências. O projeto político pedagógico apresenta seis opções de disciplinas optativas na área de Relações Internacionais. O aluno deverá cursar duas disciplinas optativas, previstas para os semestres do último ano.

As disciplinas Tópicos Especiais de História, Teoria Política da América Latina e Tópicos Especiais de Política Internacional serão oferecidas pelo Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, enquanto que as disciplinas Direito Internacional Privado, Sociologia da Cultura e Sociologia do Mundo Contemporâneo serão ministradas por professores do Departamento de Sociologia e Antropologia.

Em relação às disciplinas supracitadas, estas serão oferecidas conforme a demanda e a disponibilidade do departamento responsável pela disciplina, podendo ser ministradas tanto no primeiro quanto no segundo semestre. Estas disciplinas serão oferecidas obrigatoriamente no período noturno, de modo a aproveitar os horários nos dois semestres do quarto ano e não prejudicar alunos que almejam trabalhar ou fazer um estágio no período na manhã.

6.2 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO

O curso de Relações Internacionais da Unesp, campus de Marília, como forma de complementar e agregar a formação de seus discentes, insere no seu Projeto Pedagógico o **estágio obrigatório**, sempre de acordo com a **Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio)**.

Neste sentido, o curso visa que seus alunos se disponham a realizar todos os requisitos propostos pela citada lei e por este Projeto Pedagógico a fim de adquirir o diploma de conclusão de curso, de acordo com o § 1º do artigo 2º, da referida lei.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

O aluno de Relações Internacionais deve cumprir, invariavelmente, a carga de 90 horas de estágio sendo tais horas devidamente reconhecidas por instâncias competentes e

acompanhadas pela apresentação dos trabalhos e relatórios correspondentes. A certificação do cumprimento de estágio caberá a central de estágios a ser criada na unidade, e na sua ausência, pelo conselho de curso correspondente.

Ademais, a proposta considera que deverá ser abrangido no conceito de estágio do estudante do Curso de Relações Internacionais as atividades equiparadas, conforme permitido pelo § 3º do artigo 2º, da lei nº 11.788/2008, enumeradas a seguir:

1. GRUPO DE ESTUDO
2. GRUPO DE PESQUISA
3. MONITORIA
4. INICIAÇÃO CIENTÍFICA COM BOLSA
5. PROGRAMA DE ENSINO TUTORIAL
6. EMPRESA JÚNIOR

Além disso, é de responsabilidade também da Instituição de Ensino fornecer o devido suporte e apoios aos alunos, para que eles tenham oportunidades concretas de cumprir a carga horária de estágio obrigatório, como consta no Capítulo II, da Lei do Estágio.

Matriz de Relações Internacionais – UNESP Marília

1º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Introdução à Geografia	Introdução à Ciência Política
Introdução à Economia	Macroeconomia
Introdução à Metodologia aplicada às Relações Internacionais	Introdução à História
Introdução ao estudo das Relações Internacionais	Introdução ao estudo do Direito
Introdução à Antropologia	Introdução à Sociologia

2º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Economia Política Internacional I	Economia Política Internacional II
Teoria das Relações Internacionais I	Teoria das Relações Internacionais II
Direito Constitucional Comparado	Teoria Política Contemporânea
Teoria Política Moderna	Política Brasileira
Formação histórica do Brasil	Formação histórica da América Latina

3º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Economia Brasileira	Economia Industrial
Geopolítica e Segurança Internacional	Direito Internacional Público
Organizações Internacionais	Sociologia Contemporânea
Política Externa Brasileira	Integração Regional e Geopolítica da América Latina
História das Relações Internacionais	Antropologia das identidades e das nacionalidades na América Latina

4º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Metodologia e Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais	Cenários e gestão estratégica
Optativa 1	Optativa 2
Direitos Humanos e Temas Sócio-ambientais	Organizações e Movimentos Sociais Internacionais
Comércio Internacional e internacionalização de empresas	Análise da Política Externa Brasileira
Questões Estratégicas Contemporâneas I	Questões Estratégicas Contemporâneas II

OPTATIVAS

Tópicos Especiais de História
Direito Internacional Privado
Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo
Sociologia da Cultura
Teoria Política da América Latina
Tópicos Especiais de Política Internacional

6.3 TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS

Disciplinas Mantidas	Disciplinas Extintas
Introdução à Ciência Política	Políticas Sociais no âmbito Internacional
Introdução aos Estudos das Relações Internacionais	Colonização e Descolonização
Organizações Internacionais	História da Diplomacia no Século XX
Política Externa Brasileira	Português Instrumental
Introdução à Economia	Inglês Instrumental
Teoria Política Contemporânea	Linguagem, Comunicação e Sociedade I
Teoria Política Moderna	Estatística Aplicada
Direito Internacional Público	Linguagem, Comunicação e Sociedade II
	Moeda, Crédito e Relações Internacionais
	Espanhol Instrumental

Disciplinas Novas com Equivalência	Disciplinas Novas sem Equivalência
Geopolítica e Segurança Internacional→ Poder, Guerra e Geopolítica.	Análise da Política Externa Brasileira
Integração Regional e Geopolítica da América Latina→ Geopolítica da América Latina	Metodologia e Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais
Organizações e movimentos sociais internacionais→ Instituições Políticas Internacionais	Política Brasileira
Teoria das Relações Internacionais I→Teoria das Relações Internacionais	Introdução à História
Questões Estratégicas Contemporâneas I→	Formação Histórica do Brasil

Realidade Política Contemporânea na América Latina	
Questões Estratégicas Contemporâneas II→ Democracia e Globalização	Cenários e Gestão Estratégica
Direito Internacional Privado→ Direito Internacional do Comércio.	Sociologia Contemporânea.
Direitos Humanos e Temas Sócio-Ambientais→ Proteção Internacional dos Direitos.	Economia Política Internacional I
Introdução ao estudo do Direito→ Teoria Geral do Direito.	Economia Brasileira
Direito Constitucional Comparado→ Direito Constitucional.	Tópicos Especiais de História
Sociologia da Cultura→ Cultura Contemporânea.	Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo
Introdução à Metodologia Aplicada às Relações Internacionais→ Iniciação à Metodologia Científica.	Teoria Política da América Latina
Introdução à Antropologia→ Introdução ao Pensamento Antropológico.	Tópicos Especiais de Política Internacional
História das Relações Internacionais→ História das Relações Internacionais no mundo moderno.	
Introdução à Geografia→ Geografia do Mundo Contemporâneo.	
Formação Histórica da América Latina→ História e Formação dos Estados Latino Americanos.	
Antropologia das Identidades e das Nacionalidades na América Latina→ Etnia e	

nacionalidade na América Latina.	
Teoria das Relações Internacionais II→ Tópicos Especiais em Teoria de Relações Internacionais	
Economia Política Internacional II→ Sistema Financeiro Internacional	
Comercio Internacional e internacionalização de empresas→ Comercio Internacional	
Economia Industrial→ Microeconomia aplicada ao Comercio Internacional	
Macroeconomia→ Relações Econômicas Internacionais	

A nova Estrutura Curricular terá início na data da implantação - a qual ocorrerá em 2010 - e as disciplinas que serão extintas conforme o quadro acima poderão ser oferecidas nos momentos oportunos a serem programados pelo Conselho de Curso de Relações Internacionais aos alunos que tiverem trancado matrícula ou que foram retidos até o período de jubramento da matriz antiga.

6.4 EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Obrigatórias

1. Introdução à Ciência Política

Abordagem da formação da ciência política e seu aparato conceitual, por meio da análise de autores e obras clássicas, localizando as teses sobre as origens e fundamentos do poder político, de contrato social, de soberania, assim como as concepções que anteciparam a gestação do capitalismo e das instituições do Estado moderno.

2. Teoria Política Moderna

Análise da teoria política subjacente às revoluções americana e francesa e seus desdobramentos, abordando a diversificação do pensamento liberal, vinculada ao enfoque

da construção das instituições políticas liberais e da hegemonia burguesa, seguido da crítica socialista da política e do Estado e da discussão sobre a origem do internacionalismo.

3. Teoria Política Contemporânea

Enfoque das teorias políticas que buscaram a compreensão da crise do liberalismo clássico por meio da discussão do tema da democracia e da ditadura, o problema do totalitarismo e a proposta do neocontratualismo em contraposição às concepções teóricas de democracia e revolução socialista próprias do marxismo.

Compreender o debate sobre a teoria democrática contemporânea e seus críticos no século XX. O debate elitista. O modelo Weber-Schumpeter de democracia. O pensamento marxista contemporâneo e o socialismo hoje. Análise da problemática do Autoritarismo/Totalitarismo. Pluralismo e Poliarquia. Princípio majoritário, minoria e democracia consociativa. Atuais impasses do modelo democrático representativo. Concepções participativa e delegativa de democracia e sua aposta na sociedade civil e em novos sujeitos sociais. A terceira onda da democracia. Impacto da crise do Welfare e da nova ordem econômica mundial sobre a democracia.

4. Política Brasileira

O enfoque recai sobre a análise da formação do Estado brasileiro e de suas instituições políticas em relação a sociedade civil, com ênfase no tratamento do processo político e das instituições políticas brasileiras vigentes com o esgotamento da ditadura militar, demarcando a importância de se compreender os sistemas partidário e eleitoral, assim como processo de constituição dos órgãos de decisão legislativa, executiva e burocrática.

5. Introdução ao Estudo das Relações Internacionais

Familiarizar o discente com os conceitos básicos das relações internacionais, destacando o caráter específico das relações internacionais na perspectiva dos clássicos das ciências humanas (Política, História, Direito e Economia) que contribuíram para a formação da área.

6. Teoria das Relações Internacionais I

Introduzir perspectivas teóricas de autores, cujas obras constituem os principais eixos da produção em teoria das relações internacionais, desenvolvida no período que compreende principalmente dos anos 1920 ao final dos anos 1970/início dos anos 1980, tais como Realismo, Liberalismo, Marxismo.

7. Teoria das Relações Internacionais II

Oferecer uma visão crítica da evolução das teorias das Relações Internacionais após os anos 1980, informando-o a respeito das mais importantes perspectivas teóricas utilizadas por pensadores contemporâneos, tais como o Feminismo, a Teoria Verde, o Construtivismo, o Neo-institucionalismo, a Sociologia Histórica, a Economia Política Internacional, o Neo-marxismo, Teoria Crítica.

8. Política Externa Brasileira

Apresentar ao discente uma visão panorâmica das relações exteriores do Brasil, com ênfase no plano interestatal, refletindo sobre as dimensões econômica, estratégica e simbólica, articulando-as com os níveis bilaterais e multilaterais da ação externa do país da Independência (1822) ao final do Regime Militar (1985).

9. Análise da Política Externa Brasileira

O curso apresentará aos alunos a subárea de Análise de Política Externa. Tratará primeiramente do seu surgimento e da sua consolidação como campo de estudo. Posteriormente, discutirá suas perspectivas analíticas mais relevantes e apontará as principais contribuições de seus autores à área de Relações Internacionais. Ao final do curso os alunos deverão: a) incorporar no cotidiano da literatura brasileira as discussões teóricas sobre os processos de formulação de política externa e b) analisar a política externa brasileira na era democrática (1985-).

10. Geopolítica e Segurança Internacional

Estudar a criação, definição e evolução histórica do conceito de geopolítica, suas principais escolas, o espaço geopolítico, a questão do poder e seus componentes

geográficos e militares. Para, em seguida, analisar suas conseqüências sobre a realidade da América Latina na atualidade.

11. Integração Regional e Geopolítica da América Latina.

Origens e evolução histórica dos processos de Integração Regional. Modelos de Integração Regional: Área de Livre Comércio, União Alfandegária, Mercado Comum, União Econômica e União Política. Teorias da Integração Regional: Neofuncionalismo, Institucionalismo Neoliberal, Construtivismo, etc. Soberania na Integração Regional. Intergovernamentalismo e Supranacionalidade. Democracia e Integração Regional. Alalc, Aladi, Mercosul, Alca, Comunidade Sul-Americana de Nações, Nafta, Comunidade Andina.

12. Organizações Internacionais

Estudar o multilateralismo e o aparecimento e desenvolvimento das organizações internacionais, em perspectiva histórica e institucional, buscando ainda compreender o fenômeno das OIs na perspectiva dos debates da Teoria das Relações Internacionais.

13. Metodologia e Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais.

Esta disciplina servirá para apresentar as diferentes etapas de uma pesquisa científica. Lógica de análise. O uso e a adequação de diferentes técnicas (questionários, pesquisa de campo, entrevistas). Os debates entre a linha positivista de pesquisa e escolas mais críticas. Subsidiariamente, a disciplina visa ainda realizar a discussão com os alunos de seus respectivos projetos de monografia e o desenvolvimento da pesquisa, além de supervisioná-los na redação do Trabalho de Conclusão de Curso.

14. Questões Estratégicas Contemporâneas I.

Análise da Política Externa das Grandes Potências; Estados Unidos; UE; Rússia; Hegemonias; Ciclo Hegemônico; Configuração do Poder Mundial; Relações Norte-Norte; Relações Norte-Sul

15. Questões Estratégicas Contemporâneas II

Análise da Política Externa das Potências Emergentes e o Terceiro Mundo; China; África do Sul; Índia, Países de Menor Desenvolvimento Relativo no Oriente Médio e África; Periferia e Contra-Hegemonia; Relações Sul-Sul; Relações Norte-Sul

16. Introdução à Economia

Aprender o que é Economia e a relevância de seus objetos de estudo. Compreender os temas teóricos mais relevantes da Economia Política Clássica, Marxista e Keynesiana. Identificar os principais conceitos de Ciências Econômicas e, desse modo, analisar o funcionamento da economia capitalista contemporânea.

17. Macroeconomia

Aprender os aspectos conceituais e teóricos relacionados às questões macroeconômicas atuais, com ênfase na contribuição de autores como Keynes e Kalecki e as diferenças metodológicas em relação ao paradigma neoclássico. Devem-se destacar também os aspectos internacionais da macroeconomia, já que no atual estágio de globalização, há um forte entrelaçamento das economias nacionais nos mercados de bens, serviços e capitais e na medida em que a formulação de políticas macroeconômicas de caráter fiscal, monetária e cambial, especialmente pelos países centrais, tende a afetar outras economias, particularmente as mais periféricas. Também serão abordadas as principais teorias de comércio internacional, com destaque para os modelos clássico (Adam Smith, Ricardo, Stuart Mill), neoclássico (Heckscher-Ohlin-Samuelson), as Novas Teorias de Comércio Internacional e a Teoria Estruturalista da Cepal.

18. Economia Política Internacional I

Discutir os padrões de desenvolvimento capitalista a partir de uma perspectiva histórica e crítica e da discussão das diferentes experiências e estratégias nacionais de desenvolvimento. Também discutirá os principais referenciais teóricos que embasam essa discussão.

19. Economia Política Internacional II

Evolução do sistema financeiro internacional desde o Século XIX. O Padrão Ouro. A crise financeira de 1929. O sistema de Bretton Woods e as tentativas de controle dos

fluxos de capital internacional. O Fundo Monetário Internacional: estrutura e funções originais. O rompimento da convertibilidade do dólar e o realinhamento das políticas cambiais nos anos 70. O mercado de eurodólares. A formação e a crise da dívida dos países do Terceiro Mundo. O balanço de pagamentos. Políticas e taxas cambiais. As taxas de juros internacionais. O mercado internacional de capitais: atores, processos e estruturas. Volatilidade de capitais e governabilidade econômica. Crises financeiras e impactos para as economias em desenvolvimento.

20. Economia Brasileira

Compreensão do processo de desenvolvimento capitalista do Brasil no período posterior a crise de 1930. A abordagem proposta do tema é eminentemente histórica, buscando dar conta das transformações estruturais da economia, das políticas econômicas, de seus condicionantes políticos e sociais e das variadas formas de articulação com a economia mundial.

21. Economia Industrial

Crítica à teoria da concorrência perfeita e imperfeita. Concentração industrial e formas de mercado. Preços e margens de lucro em condições de oligopólio. Paradigma ECD (Estrutura-Condução-Resultado). Estrutura de mercado oligopolística e padrões de concorrência. Concentração e centralização do capital. Estratégia e dinamismo da grande empresa oligopolística. Internacionalização do capital e firma multinacional.

22. Comércio Internacional e Internacionalização de Empresas.

As políticas comerciais e industriais adotadas pelos países nos seus diferentes estágios de desenvolvimento, assim como as transformações no regime global de comércio e na forma de atuação internacional das empresas, decorrentes das transformações do capitalismo mundial, são elementos determinantes das relações entre os Estados e os diferentes atores que atuam no âmbito internacional. A disciplina contempla a análise teórica, histórica, institucional e prática do regime global de comércio e do processo de internacionalização de empresas. São consideradas as políticas comerciais em perspectiva histórica, a evolução do regime global de comércio, desde o estabelecimento do Gatt até a criação da Organização Mundial do Comércio, bem como a inserção do Brasil na divisão

internacional do trabalho por meio do comércio internacional. São também consideradas as diversas abordagens teóricas da internacionalização de empresas, o processo de internacionalização de empresas brasileiras e os principais elementos práticos relacionados à entrada das empresas no mercado internacional, seja por meio do comércio exterior, seja por meio do investimento direto estrangeiro.

23. Cenários e Gestão Estratégica

Ser capaz de definir estratégias em ambientes turbulentos e incertos é um desafio cada vez mais presente na vida dos gestores de organizações complexas, seja no setor público, seja no setor privado. O domínio das principais técnicas de formulação de cenários e gestão estratégica, como ferramenta auxiliar do processo decisório, é de grande utilidade na atuação do Internacionalista. A disciplina contempla as diversas técnicas e ferramentas de inteligência competitiva, de formulação de cenários prospectivos e técnicas de gestão e planejamento estratégico.

24. Introdução à História

Analisar a formação histórica do capitalismo na longa duração, com seus múltiplos sujeitos e espaços, privilegiando o panorama dos séculos XIX e XX das sociedades da Ásia e da África no contexto da dualidade colonização/descolonização. Dessa forma, o escopo principal será: analisar criticamente o processo histórico da expansão capitalista e de ocidentalização do mundo; caracterizar África e Ásia sob o binômio: dominação e resistência; e relacionar o processo de expansão capitalista e a realidade contemporânea dos países dominados.

25. Formação histórica do Brasil

Deve ser pensada para além de uma História do Brasil, a disciplina busca desenvolver a capacidade de reflexão e de crítica sobre o processo de constituição da realidade brasileira em diferentes tempos. A análise de movimentos sociais, projetos de conservação e de transformação, desenvolvimento econômico, relações culturais e étnicas, perfazem um complexo de elementos (contraditórios e complementares) necessários para a interpretação de nossa formação. Fundamentalmente trata-se de uma abordagem plural e

ampla da história do Brasil que permite ao aluno de Relações Internacionais a compreensão da complexidade presente em quaisquer formações histórico-sociais.

26. Formação histórica da América Latina

A partir do processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais Latino-americanos, séc. XIX-XX observar as distintas identidades nacionais em suas especificidades bem como a presença de movimentos de ruptura ou de permanência, privilegiando a reflexão sobre temáticas contemporâneas que contemplem a revisão historiográfica de modo a enfatizar as “novas” relações entre a esfera da política, com a cultura. A disciplina incorpora a atividade didático-pedagógica síntese das “missões diplomáticas”, integrando o ensino e a pesquisa.

27. História das Relações Internacionais

Análise dos temas clássicos nas RI: a formação da sociedade ocidental e do sistema mundo; o estado moderno; o equilíbrio de poder e realpolitik; as novas potências e a competição sistêmica; as guerras; a grande depressão; a ascensão dos fascismos; a guerra fria; o nascimento do terceiro mundo; a crise do capitalismo e o fim da bipolaridade.

28. Introdução à Geografia

Mapeamento dos grandes quadros que caracterizam a organização do espaço geográfico mundial, identificando suas determinações sociais, econômicas, culturais e ambientais. As perspectivas teóricas e práticas das especialidades nas relações sociedade-natureza. Os condicionantes ecológicos das relações entre os Estados e suas interações com o meio ambiente.

29. Introdução ao Estudo do Direito

Conceituação do Direito. As fontes do Direito. Sistemas jurídicos e disciplinas jurídicas. Relação do Direito com a Ética, a Política e a Economia. O papel do Direito no Estado e o papel do Direito na Comunidade Internacional.

30. Direito Constitucional Comparado

Constituição, conceito e formação. Sistemas de controle da constitucionalidade. As constituições e as Relações Internacionais. Nacionalidade, conceito, comparação e sistema brasileiro. Sistemas de proteção dos direitos fundamentais: internacionais e estatais. Sistemas comparados de governo e de divisão funcional e divisão territorial do poder. Principais sistemas jurídicos e seus aspectos constitucionais.

31. Direito Internacional Público

Estudo das origens, evolução e fundamentos do direito internacional público. Fontes formais e materiais. Tratados internacionais. Relações entre normas internacionais e o ordenamento jurídico interno. Os diferentes sujeitos de direito internacional público e sua natureza: Estados, Organizações Internacionais e a pessoa humana. Território do Estado, sistema de representação e responsabilidade internacional. Espaços comuns internacionais e patrimônio comum da humanidade. Meios de solução pacífica dos conflitos internacionais.

32. Direitos Humanos e Temas Sócio-ambientais.

Estudar a evolução histórica e a fundamentação teórica dos direitos humanos. A análise do seu conteúdo através dos principais tratados e declarações internacionais. O sistema de proteção internacional estabelecido no âmbito universal pela ONU e pelos diversos tribunais regionais internacionais, e a sua influência nos Estados. A necessidade do respeito ao meio ambiente e o seu impacto no desenvolvimento dos países, em suas diferentes estruturas sociais, étnicas e culturais. A crescente atuação da sociedade civil no plano internacional, mediante o trabalho das organizações não governamentais e dos movimentos populares.

33. Introdução à Sociologia

Inserir o aluno no pensamento clássico da sociologia, sobretudo K. Marx, E. Durkheim e M. Weber, no sentido de compreender as transformações das sociedades ocidentais, as implicações sociais do capitalismo e da democracia, o problema da secularização e da racionalização, bem como os dilemas e problemas que permearam o pensamento sociológico da modernidade. A reflexão da sociologia clássica, neste sentido, visa dar ao aluno condições para estabelecer conexões de sentido dentro do quadro

histórico-social da modernidade nascente e suas implicações teóricas para as Ciências Humanas.

34. Sociologia Contemporânea

Apresentar as diferentes matrizes teóricas do pensamento sociológico contemporâneo e suas implicações para a compreensão das principais questões que pautam o debate teórico da sociologia no interior da modernidade ocidental, no período posterior à segunda guerra mundial. A disciplina, ainda, pretende abordar as principais características da sociedade global atual e, de forma mais direta, analisar as mudanças no mundo do trabalho, da cultura e da política, em termos da emergência de novos atores sociais e de novos desafios à sociedade internacional.

35. Introdução à Antropologia

Apresentar a história da antropologia e os problemas do etnocentrismo e a importância da diversidade cultural. Apresentar ainda as questões étnicas, culturais e nacionais no mundo contemporâneo. Resgatar o debate antropológico sobre a unidade e diversidade na cultura moderna, bem como aborda os desafios culturais presentes no atual processo de uniformização cultural gerado pela globalização.

36. Antropologia das identidades e das nacionalidades na América Latina

Abordar a história da antropologia pela via dos problemas da diversidade cultural e do etnocentrismo, para colocar o aluno diante do debate contemporâneo sobre as questões étnica e nacional na América Latina. Nessa direção, explorar o impacto da emergência de novos atores sociais, de novas agendas e de novos saberes, no cenário da diversidade étnica e cultural do subcontinente, bem como apresentar os desafios que emergem no cenário da integração regional atual no período pós-colonial.

37. Introdução à Metodologia Aplicada às Relações Internacionais

Introduzir os principais conceitos de ciência, ciências humanas, pesquisa e pesquisa científica, dando ênfase aos modelos de pesquisa, às formas de observação e às técnicas de coleta, levantamento, tratamento e análise de dados. Ao mesmo tempo, abordar os problemas da metodologia de pesquisa, dando ênfase aos métodos qualitativos e

quantitativos, à pesquisa de campo, às pesquisas comparadas no contexto das Relações Internacionais, bem como aos indicadores e relatórios que permitem compreender a dimensão internacional do conhecimento científico.

38. Organizações e Movimentos Sociais Internacionais.

Abordagem analítica de organizações e movimentos sócio-políticos não-estatais centrados no trabalho, nas classes subalternas e nos movimentos de sociabilidades específicas, ambientalistas, feministas, etnoculturais e religiosos.

Optativas

1. Direito Internacional Privado.

Ministrar conhecimentos básicos sobre as normas e instituições jurídicas da sociedade internacional, assim como sobre os princípios e leis que solucionam os conflitos de normas no espaço. Fornecer diretrizes sobre a utilização das fontes de Direito Internacional e de Direito Interno em relação a problemas de transcendem o interesse exclusivo de uma única ordem jurídica estatal, nas áreas dos Direitos Civil, Comercial e do Trabalho. Contratos internacionais, a legislação aplicável e as cláusulas mais importantes. Sociedades Comerciais, princípios e tipologia. Órgãos de Solução de Controvérsias no âmbito do comércio internacional: Câmaras de Arbitragem e Organização Mundial do Comércio.

2. Sociologia da Cultura

Introduzir o aluno de RI nas discussões atuais sobre o impacto da cultura no mundo globalizado. Essa discussão parte das principais reflexões e teorias dos autores contemporâneos sobre a cultura tanto em termos de mercado cultural como em termos de processos criativos que interferem nas construções sociais. Também a disciplina pretende estabelecer a relação entre cultura e as diferentes perspectivas nacionais e internacionais diante dos fundamentalismos e do cosmopolitismo culturais.

3. Teoria Política da América Latina

Abordagem da formação da Teoria Política na América Latina dos movimentos pela fundação de Estados, passando pela contenda entre preservação da ordem colonial e ruptura emancipatória até a ciência política contemporânea institucionalizada em confronto com o pensamento produzido na luta social.

4. Tópicos Especiais de Política Internacional

Enfoque aprofundado de casos e problemas específicos da política internacional, em particular os conflitos regionais e as revoluções sociais.

5. Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo

Apresentar as diferentes matrizes teóricas do pensamento sociológico contemporâneo. A partir dessas matrizes, abordar as principais características das sociedade global em termos das mudanças no mundo do trabalho, bem como seus desdobramentos em termos da divisão internacional do trabalho, das instituições internacionais voltadas para o problema, as políticas públicas, a organização do trabalho no capitalismo avançado, a precarização e terceirização do trabalho, o emprego e renda no sistema internacional, bem como as respostas dos movimentos sociais às mudanças percebidas.

6. Tópicos Especiais de História

Aprofundar temas contemporâneos pertinentes às Relações Internacionais a partir de análises do processo histórico e da historiografia específica. A disciplina também terá como preocupação as inovações dessa área do conhecimento, tais como: novas categorias analíticas e diferentes abordagens metodológicas.

6.5. CORPO DOCENTE

DOCENTE	TITULAÇÃO	DISCIPLINA/ CURSO
José Blanes Sala	Doutor	Introdução ao estudo do Direito. Direito Internacional Público. Direito Constitucional comparado. Direito Internacional Privado.
Cristina Soreanu Pecequilo	Doutor	História das Relações Internacionais. Integração regional e geopolítica da América Latina.
José Geraldo Alberto Bertoncini Poker	Doutor	Sociologia Contemporânea. Introdução à Sociologia.
Luis Antonio Francisco de Sousa	Doutor	Direitos Humanos e Temas Sócio- Ambientais. Introdução à Metodologia aplicada às Relações Internacionais.
Tullo Vigevani	Titular	Organizações Internacionais. Metodologia e Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais. Introdução à Ciência Política.
Lídia Maria Vianna Possas	Doutora	Introdução à história. Formação Histórica da América Latina. Formação histórica do Brasil.
Luis Antonio Paulino	Doutor	Introdução à Economia. Economia Política Internacional I. Economia Política Internacional II. Comércio Internacional e Internacionalização de Empresas.
Marcelo Fernandes de Oliveira	Doutor	Política Externa Brasileira. Análise da Política Externa Brasileira. Introdução ao estudo das relações internacionais. Teoria das relações Internacionais I. Teoria das Relações Internacionais II.

Marcos Cordeiro Pires	Doutor	Economia Brasileira. Economia Industrial. Macroeconomia. Cenários e Gestão Estratégica.
Mirian Aparecida Lourenção Simonetti	Doutora	Introdução à Geografia
Sérgio Domingues	Doutor	Introdução à Antropologia. Antropologia das identidades e das nacionalidades na América Latina.
Rosângela de Lima Vieira	Doutora	Geopolítica e Segurança Internacional. Tópicos Especiais de História.
Célia Aparecida Ferreira Tolentino	Doutora	Sociologia Da Cultura.
Professor efetivo a Concursar	Doutor	Questões estratégicas contemporâneas I. Questões estratégicas contemporâneas II.
Professor efetivo a Concursar	Doutor	Política Brasileira. Organizações e Movimentos Sociais Internacionais.
Professor efetivo a Concursar	Doutor	Sociologia do Trabalho no Mundo Contemporâneo.
Substituto		Teoria Política da América Latina. Tópicos Especiais de Política Internacional.
Substituto		Teoria Política Moderna. Teoria Política Contemporânea.

Para os casos onde não há professor indicado, há processos de contratação em andamento na Unidade.

6.6 CORPO TECNICO ADMINISTRATIVO

Funcionários técnico-administrativos diretamente envolvidos com o curso

Funcionário	Cargo ou Função	Atividades Desempenhadas	Órgão de Lotação
Maria Inês Bayer	Oficial	Atua na Secretaria do	Departamento

Pereira	Administrativo	Departamento de Sociologia e Antropologia	de Sociologia e Antropologia
Edna Aparecida Olian	Assistente Administrativo	Atua na Secretaria do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas	Departamento de Ciências Políticas e Econômicas
Walderez Aparecida de Oliveira Pires	Oficial Administrativo	Atua na Secretaria do Conselho de Curso de Graduação	Seção de Graduação

6.7 INSTALAÇÕES FÍSICAS

6.7.1 Instalações

Instalação	Quantidade	Capacidade	Observações
Salas de aula	04	40	Aulas teóricas do curso de Relações Internacionais Recursos especiais para pessoas portadoras de deficiências: salas amplas, capacidade para 40 alunos, com corredores acessíveis e banheiros adaptados.
Empresa Júnior	01 (Conta com sala própria)	40	A empresa Jr. Possibilita experiência prática aos alunos do curso de Relações Internacionais, contando com diversos convênios locais.
Apoio Seção de Graduação;			Seções de atendimento ao aluno, objetivando atender suas necessidades e questionamentos relacionados

Seção Técnica Acadêmica;	01		ao Curso
Conselho de Curso	01	-	
	01		

6.7.2 Biblioteca:

Tipo de acesso ao acervo	(X) Livre () através de funcionário
É específica para o curso	() sim (X) não () específica da área
Total de livros para o curso (nº)	Títulos: Volumes: 80.775
Periódicos	458
Videoteca/Multimídia	14
Teses	2095
Outros	284 diapositivos; 687 mapas; 150 Fitas K-7

Indicar endereço do sítio na WEB que contém detalhes do acervo

<http://www.marilia.unesp.br/biblioteca>

6.8 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM OS OBJETIVOS DO CURSO

A estrutura curricular apresenta coerência entre o currículo e os objetivos do curso. Nos dois primeiros anos há uma ênfase na formação teórica ao oferecer ao graduando o corpo conceitual fundamental das Ciências Humanas. O terceiro e quarto anos consolidam aquela formação e oferecem com maior ênfase a formação específica na área de RI.

6.9 COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DESEJADO DO EGRESSO

Ao se ter em vista a formação de profissionais capacitados para a atividade acadêmica ou para a atuação em entidades públicas e organizações não-governamentais, ou inclusive, em empresas privadas, pode-se verificar plena coerência entre o currículo e o perfil desejado do egresso. O curso está estruturado em sete núcleos mais as atividades do Laboratório Avançado de Relações Internacionais, conforme segue:

- O **primeiro** núcleo, que compreende as Relações Internacionais, é bastante híbrido quanto aos conteúdos. Há uma preponderância de disciplinas da área de política.
- O **segundo** núcleo é o de Teoria Política.
- O **terceiro** núcleo é formado pelas disciplinas de História.
- O **quarto** núcleo é formado de disciplinas da área Economia.
- O **quinto** núcleo é formado pelas disciplinas da área de Direito.
- O **sexto** núcleo é constituído pelas disciplinas de Sociologia.
- O **sétimo** núcleo é de Formação Complementar, com disciplinas de Metodologia, Antropologia e Geografia.

O **LARI – Laboratório Avançado de Relações Internacionais** é o espaço privilegiado para que os graduandos tomem contato com as fronteiras do debate nas Relações Internacionais e também com experiências didático- pedagógicas e práticas de atuação profissional. Dentre os temas que poderão ser discutidos no âmbito do LARI estão: direitos humanos, globalização e democracia, projeção de cenários internacionais em economia e política, jogos de guerra, diplomacia econômica, agronegócios, marketing internacional, logística e transporte, ciência e tecnologia, cultura e gênero, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, gestão de projetos internacionais, consultoria internacional, Sociologia da Cultura Contemporânea, religião, movimentos sociais, minorias nacionais, deslocamentos populacionais, temas de cultura contemporânea, entre outros. Com certeza deverão acontecer no LARI as atividades desenvolvidas pelo Grupo Estudos em Organizações, bem com as atividades desenvolvidas pelos professores que coordenam as chamadas “Missões Diplomáticas”.

6.10 COERÊNCIAS DO CURRÍCULO EM FACE DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

Não há um documento específico que defina as diretrizes curriculares dos cursos de Relações Internacionais, tal como existem em cursos tradicionais de graduação. Por conta disso, a elaboração deste projeto político-pedagógico pautou-se, do ponto de vista legal, nos pareceres CNE/CES 776/97, que prevê a autonomia das IES em definir a estrutura curricular dos cursos de graduação, e CNE/CES 583/2001, que define a estrutura dos projetos político-pedagógicos dos cursos de graduação. Especificamente no que tange à

área de Relações Internacionais, também nos “Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais” e no “Roteiro para Avaliação dos Cursos de Relações Internacionais” produzidos pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu).

6.11 JUSTIFICATIVAS DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS

Marco jurídico

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Instituições de Ensino Superior (IES) devem ter flexibilidade na organização curricular dos cursos, procurando rever nossa tradição segundo a qual a formação em nível de graduação não é considerada etapa inicial de uma formação continuada, nem faz frente à heterogeneidade da formação e do mercado de trabalho.

O parecer da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, CNE/CES 776/97 vai nesta direção ao estabelecer orientação geral para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação: os cursos superiores “caracterizam-se por excessiva rigidez que advém, em grande parte, da fixação detalhada de mínimos curriculares e resultam na progressiva diminuição da margem de liberdade que foi concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino”.

O parecer destaca sete princípios a serem seguidos pelos cursos superiores no país:

- 1) Assegurar às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, assim como na especificação das unidades de estudos a serem ministradas;
- 2) Indicar os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, evitando ao máximo a fixação de conteúdos específicos com cargas horárias pré-determinadas, as quais não poderão exceder 50% da carga horária total dos cursos;
- 3) Evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação;
- 4) Incentivar uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado possa vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa;
- 5) Estimular práticas de estudos independentes, visando uma progressiva autonomia profissional e intelectual do aluno;
- 6) Encorajar o reconhecimento de

conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada; e 7) Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão.

Em parecer seguinte, CNE/CES 583/2001, a Câmara decidiu que as diretrizes curriculares fundamentais para os cursos de graduação na IES devem contemplar: a) Perfil do formando/egresso/profissional - conforme o curso o projeto pedagógico deverá orientar o currículo para um perfil profissional desejado; b) competência / habilidades / atitudes; c) Habilitações e ênfases; d) Conteúdos curriculares; e) Organização do curso; f) Estágios e Atividades Complementares; g) Acompanhamento e Avaliação.

O projeto Político Pedagógico e os princípios que nortearam a reestruturação do curso de RI da Unesp de Marília seguem essas orientações, a Portaria nº 641, de 13 de maio de 1997, da SESU, para cursos em Relações Internacionais, o Manual de Avaliação das Condições de Ensino do Curso de Relações Internacionais, bem como os Padrões de Qualidade para os Cursos de Relações Internacionais, da SESU e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação (MEC).

Relações Internacionais como área de conhecimento

As Relações Internacionais devem ser pensadas como área distinta de estudo e pesquisa, como área do conhecimento. O entendimento de que um conjunto determinado de conhecimentos constitui uma área distinta de estudo é, na verdade, o fato básico que justifica a criação de cursos de graduação e pós-graduação específicos para essa área. Conquanto seja um curso que propicie uma formação multidisciplinar, deve-se considerar obrigatória a presença de especialistas para ministrar as disciplinas que constituem o núcleo principal do curso, ou seja, disciplinas de Relações Internacionais.

Nesse sentido, a área de RI demonstra uma predominância das áreas de Ciência Política e de Relações Internacionais, Economia, Direito (incluindo Direitos Humanos e Meio Ambiente) e História. Também é possível depreender que algumas áreas contribuem de forma marcante para a conformação de RI, sendo indispensável sua presença no curso, como é o caso de Metodologia Científica, Antropologia, Sociologia, Filosofia (incluindo Ética e Bioética) e Geografia (incluindo Geopolítica). Nota-se que há pouco espaço para a

área de educação, comunicação (incluindo semiótica e lingüística), psicologia, ciências da natureza (incluindo ciências ambientais, agrárias e energéticas) ciência (incluindo filosofia da ciência) e tecnologias (incluindo informação e informática). É de se lamentar que essas lacunas possam limitar o âmbito de atuação e a formação do internacionalista. Os desafios que emergem do mundo globalizado não são contemplados pelos modelos tradicionais de divisão das áreas do conhecimento. Essas questões não podem ser equacionadas numa reestruturação de curso, mas podem estimular o debate sobre o modelo atual de universidade e de divisão das áreas do conhecimento.

Premissas da reestruturação

Do mesmo modo que em outros domínios, o estudo das Relações Internacionais exige o conhecimento de conceitos desenvolvidos e utilizados em disciplinas como História, Política, Economia, Direito, Sociologia, Geografia e Antropologia. O projeto de reestruturação não pensa o estudo das Relações Internacionais como um agregado de disciplinas díspares e desprovidas de articulação. As disciplinas especializadas e a presença de especialistas no curso, no entanto, não são suficientes. É necessária e imprescindível a inter-relação das diferentes áreas do conhecimento, disciplinas e conteúdos programáticos. As disciplinas específicas das Relações Internacionais, as disciplinas auxiliares e correlatas, bem como as disciplinas optativas devem estar fortemente articuladas de modo a evitar repetições, sobreposições e contradições na formação do aluno de Relações Internacionais.

As disciplinas específicas são aquelas que caracterizam o curso como Relações Internacionais. Essas disciplinas visam preencher as necessidades consideradas mínimas, desde uma disciplina introdutória em RI, aquelas voltadas para o ensino das diversas correntes teóricas, outras de história e análise da política externa brasileira, de história das relações internacionais, além de disciplinas que focalizem sua análise nas instituições políticas e econômicas internacionais. É também através delas que os conceitos e as categorias empregadas nesse campo de estudo são ministrados. Além destas, são previstas disciplinas de suporte e diretamente correlatas que tratam de matérias de formação básica e das áreas no âmbito das quais os fenômenos internacionais se manifestam, bem como disciplinas voltadas para a preparação profissional e para a monografia de fim de curso. É importante notar que a proposta contempla o estágio.

O curso de Relações Internacionais deve ter como característica fundamental um núcleo específico e sólido de disciplinas voltadas para as relações internacionais, uma proposta didático-pedagógica com forte característica multidisciplinar e professores dedicados especificamente ao curso, que considerem RI uma área de pesquisa, estudo e investigação. Todos esses requisitos são fundamentais para solidificar o campo e para fixar com precisão o que vem a ser o ensino das Relações Internacionais, diferenciando-o de maneira inequívoca de cursos como Comércio Exterior, Gestão de Negócios Internacionais e Diplomacia.

Desta forma, o curso de relações internacionais tem sua ênfase não nos vários compartimentos das áreas das Ciências Humanas, mas sim nos aspectos pluralísticos e multidisciplinares da área de Relações Internacionais e suas complexas dinâmicas.

A definição de um importante núcleo comum do curso procura contemplar um parâmetro mínimo que permite ao aluno empreender reconhecimento das disciplinas cursadas o ingresso dos egressos em programas de pós-graduação em RI.

É importante ressaltar que a reestruturação privilegiou um espaço para disciplinas optativas, na medida em que dá ao aluno a possibilidade de buscar uma formação mais específica a determinadas áreas. Ao mesmo tempo, o curso permite que o aluno busque uma formação humanística mais ampla, na medida em que os alunos podem cursar disciplinas de outros cursos oferecidos pela instituição.

Características da presente reestruturação

A reestruturação do curso de RI da Unesp de Marília procura ser sensível a tais constatações, na medida em que pretende formular um curso que seja, ao mesmo tempo, intercambiável com os demais cursos de RI de qualidade existentes no país e permeável às especificidades locais. Adicionalmente, a reestruturação procura corrigir algumas distorções encontradas na atual matriz curricular do curso de RI da Unesp/Marília: uma distribuição excessivamente irregular de disciplinas fundamentais entre as áreas fundamentais; ausência de disciplinas fundamentais; ausência de hierarquização entre as disciplinas; ausência de uma seriação conseqüente; ausência de comunicação entre as disciplinas de áreas comuns; ausência de

conexão entre disciplinas de áreas distintas; problemas de conexão das disciplinas do mesmo semestre; disciplinas redundantes; e disciplinas disparatadas.

Na nova matriz, as disciplinas estão articuladas horizontal e verticalmente. As disciplinas redundantes ou excêntricas foram suprimidas ou condensadas em outras disciplinas correlatas. O conjunto das disciplinas está mais equilibrado, embora seja dado maior destaque para as disciplinas da área de Ciência Política e de Relações Internacionais.

A nova proposta do curso de RI da Unesp/Marília deve ser compreendida como um esforço de adequação do curso a padrões mínimos de oferta de RI para que os alunos possam validar disciplinas, solicitar transferências, participar de intercâmbios, ingressar em pós-graduação na área de RI ou em áreas afins. Além disso, a proposta é suficientemente flexível a ponto de permitir que o aluno escolha uma formação forte em RI ou uma formação mais direcionada para uma área específica de atuação, sem que seja necessária uma transformação profunda nas condições estruturais de oferta do curso na unidade de Marília. Evidentemente, a nova matriz curricular implica na construção de um quadro docente com um compromisso mais forte com a área do conhecimento e, neste sentido, a universidade deve comprometer-se em garantir os concursos que ainda estão por ser realizados.